

REQUISIÇÃO DE PROVAS

Redes sociais



Facebook Records

Canal de comunicação oficial no qual autoridades podem solicitar informações relativas a contas do Facebook para investigações digitais



facebook.com/records



REQUISIÇÃO DE PROVAS

Redes sociais



Twitter Requests

Canal de comunicação oficial no qual autoridades podem solicitar informações relativas a contas do Twitter para investigações digitais



legalrequests.twitter.com

The screenshot shows the Twitter legal requests website. At the top, there is a Twitter logo and the text "Envios de solicitações legais" and "Confirme sua identidade". Below this, there is a welcome message in Portuguese: "Bem-vindo ao website de envio de solicitações legais online do Twitter. Você pode enviar sua solicitação legal (como intimação ou ordem judicial) para obter informações da conta ou remoção de conteúdo ao seguir as etapas abaixo. Por meio desse site, nós também aceitamos solicitações de divulgação de emergência de autoridades policiais. Todas as solicitações não jurídicas deverão ser enviadas via nossos formulários da Central de Ajuda." Below this, there is a section for agents of law enforcement, government, or other third parties who want to send a legal request. It asks for the user's full name, official email address, and a confirmation of legal authority. There are input fields for "Nome completo:" and "Endereço de e-mail oficial:". Below the email field, there is a checkbox for "Confirmo ter a autoridade legal exigida para enviar esta solicitação, e o envio é um uso permitido deste sistema." and a blue button labeled "Solicitar acesso". At the bottom, there is a small disclaimer: "Aviso de isenção: o acesso não autorizado ou o uso proibido deste site pode estar sujeito a processos."

MARCO CIVIL DA INTERNET

Requisição judicial de registros

O Marco Civil da Internet permite que a parte requeira judicialmente os registros de conexão ou de acesso a aplicações de internet, para formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal



Requisição de registros

Art. 22

A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet.



Art. 23

Cabe ao juiz tomar as providências necessárias à garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário, podendo determinar segredo de justiça, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.

ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO

Requisitos



Fundados indícios da ocorrência do ilícito



Justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução



Período ao qual se referem os registros

Conceitos adicionais



V

Vestígio

É um dado digital que pode ou não ter relação com o fato investigado



E

Evidência

É um vestígio que foi analisado e relacionado com o caso investigado



P

Prova

É a evidência devidamente formalizada no âmbito processual



ONDE ENCONTRAR

Fontes de provas digitais

Com a crescente digitalização da sociedade e o aumento das atividades online, é essencial saber onde encontrar provas digitais de forma legítima, para que possam ser admitidas nos tribunais



FONTES

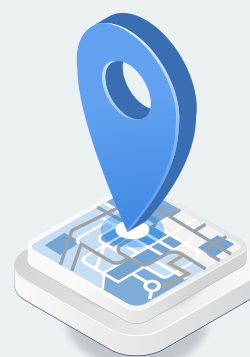
Provas digitais



Mensageria



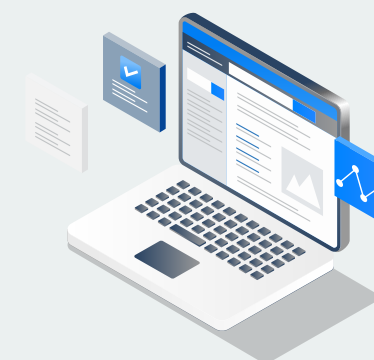
Redes sociais



Geolocalização



E-mails



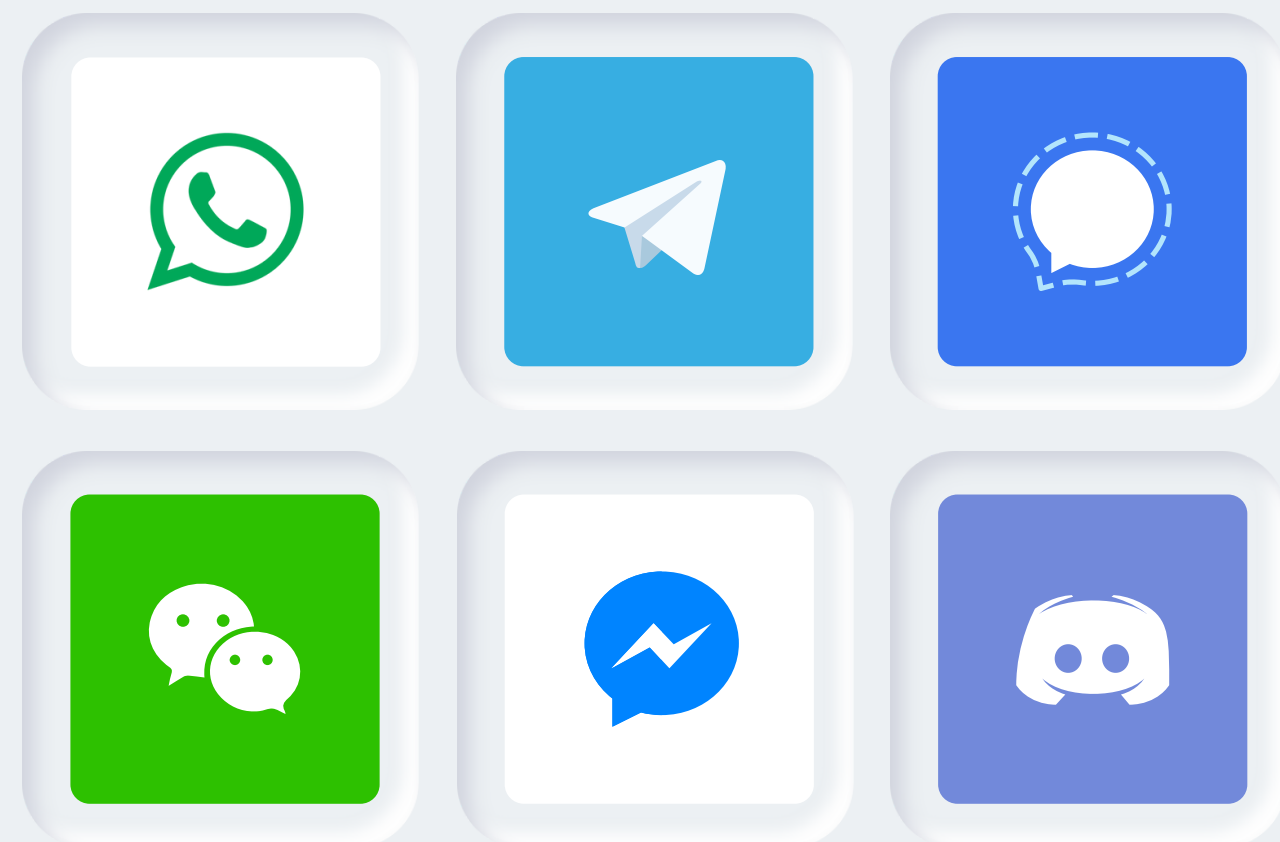
Sites



FONTES DE PROVAS DIGITAIS

Mensageria

As mensagens instantâneas passaram a ter papel de destaque em processos judiciais, sendo cada vez mais adotadas por advogados para comprovar os fatos



PROVAS DE MENSAGERIA

Orientação dos tribunais



1

Mensagens de WhatsApp só podem ser usadas como prova no processo criminal mediante ordem judicial ou com o consentimento voluntário do proprietário

2

As conversas entre as partes por meio do WhatsApp são válidas como meio de prova, desde que não adulteradas por qualquer meio artificioso ou ardil

3

Prints de conversas de apps de mensageria podem servir como prova digital confiável e segura, desde que a coleta siga metodologias científicas, técnicas periciais forenses e cadeia de custódia

APRESENTANDO O

Contexto



No processo [0010900-74.2021.5.03.0106](#), o juiz Fabio Gondim, ao analisar os prints de WhatsApp juntados, sugeriu que não houve o devido cuidado do advogado de apresentar o contexto da conversa.



IDENTIFICANDO OS

Participantes



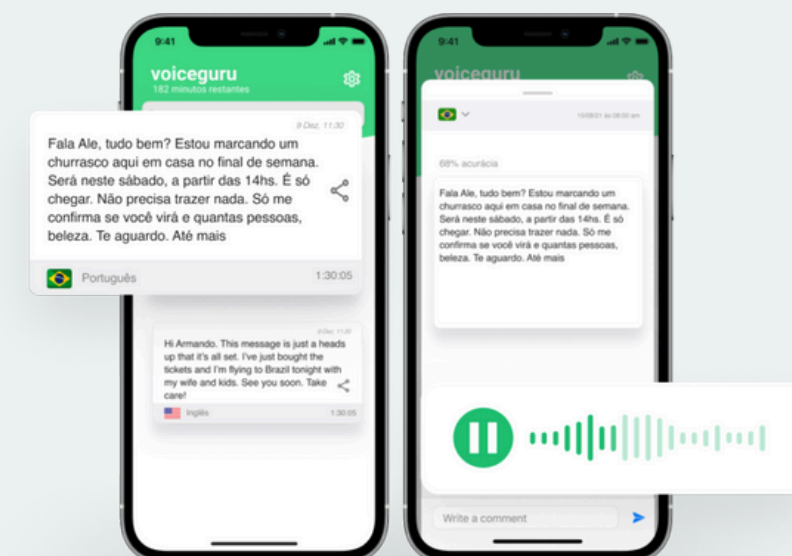
É fundamental que as conversas de WhatsApp estejam associadas aos participantes de forma clara, o que inclui não apenas o nome das pessoas envolvidas, mas também seus papéis



TRANSCREVENDO Áudios



Com ferramentas como o [VoicePop](#), é possível converter os áudios em texto para, em seguida, apresentar transcrição da conversa nos autos.



REDES SOCIAIS

Mais técnicas de apresentação



1

Organizar as conversas em ordem cronológica para facilitar a compreensão e estabelecer uma linha cronológica clara dos fatos

2

Identificar sempre a data e hora em que os diálogos ocorreram, para facilitar a leitura, interpretação e compreensão do julgador

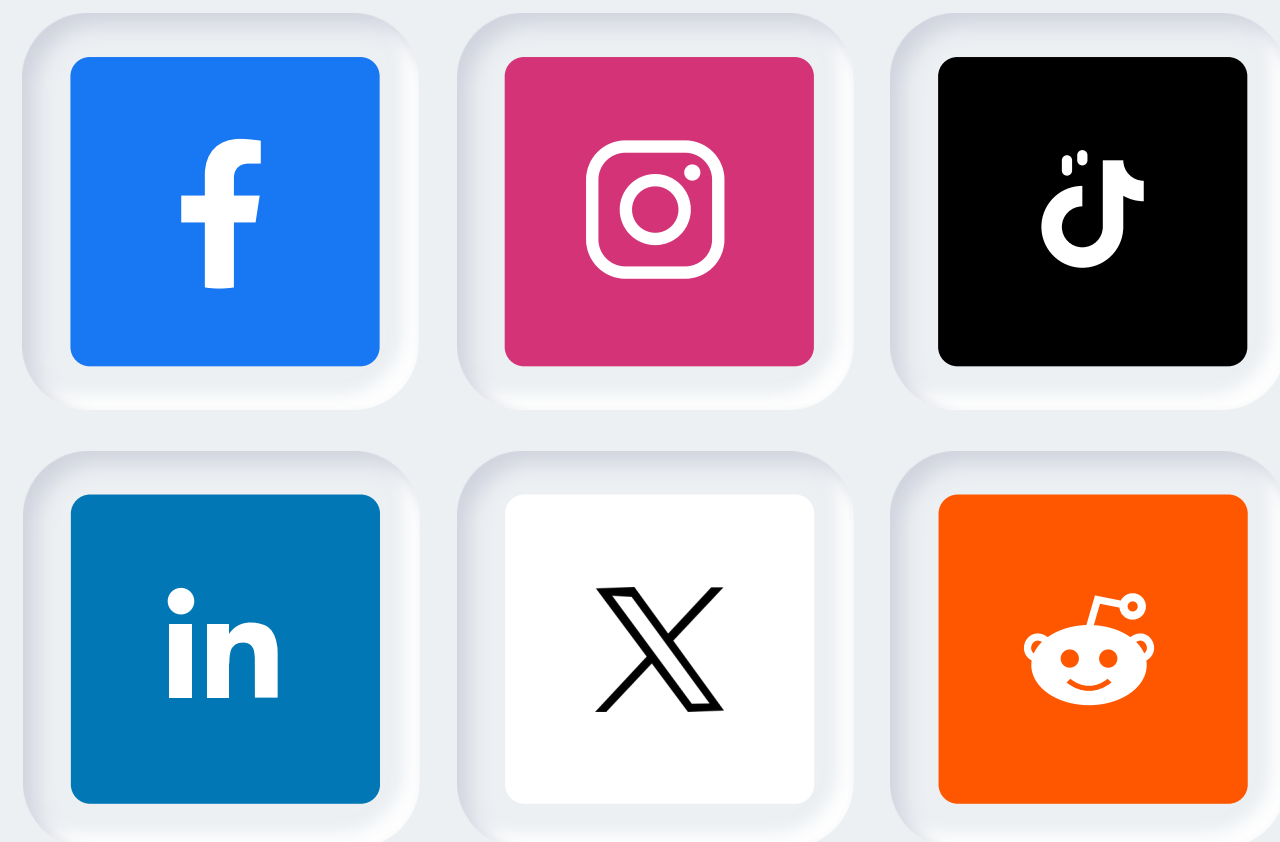
3

Apresentar imagens integrais e com alta resolução, para que sejam lidas e interpretadas pelo juiz e para que o contexto seja compreendido

FONTES DE PROVAS DIGITAIS

Redes sociais

As publicações, comentários e conversas em plataformas como Facebook, LinkedIn e Instagram podem fornecer evidências valiosas para os processos judiciais



PROVAS DE REDES SOCIAIS

Orientação dos tribunais



1

Prints do Facebook, quando isolados, são insuficientes para comprovação dos fatos; publicações são aptas à para condenar alguém pela prática de crime

2

Prints do Instagram são provas frágeis manipuláveis e não passíveis de identificação de veracidade; as capturas de tela, por si sós, têm valor probatório

3

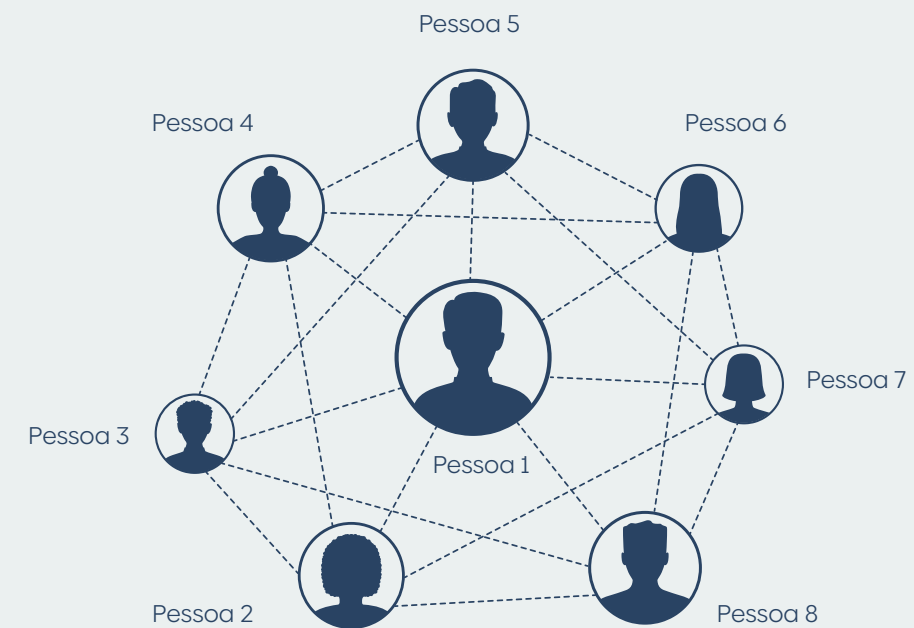
Tweets são válidos como prova, mas sua verificação não deve ser realizada de modo isolado, devendo-se contemplar os demais comentários publicados

APRESENTANDO AS CONEXÕES ENTRE OS

Participantes



Existem casos nos quais identificar as conexões entre os participantes é fundamental para comunicar bem os argumentos jurídicos.





APRESENTANDO AS CONEXÕES ENTRE OS

Participantes

Existem casos nos quais é necessário apresentar mídias em vídeo para ilustrar fatos que ocorreram nas redes sociais. Recomenda-se usar imagens clicáveis ao invés de QR Codes e hyperlinks.

LOREM IPSUM

LOREM IPSUM

LOREM IPSUM

LOREM IPSUM

LOREM IPSUM

LOREM IPSUM

Hyperlink

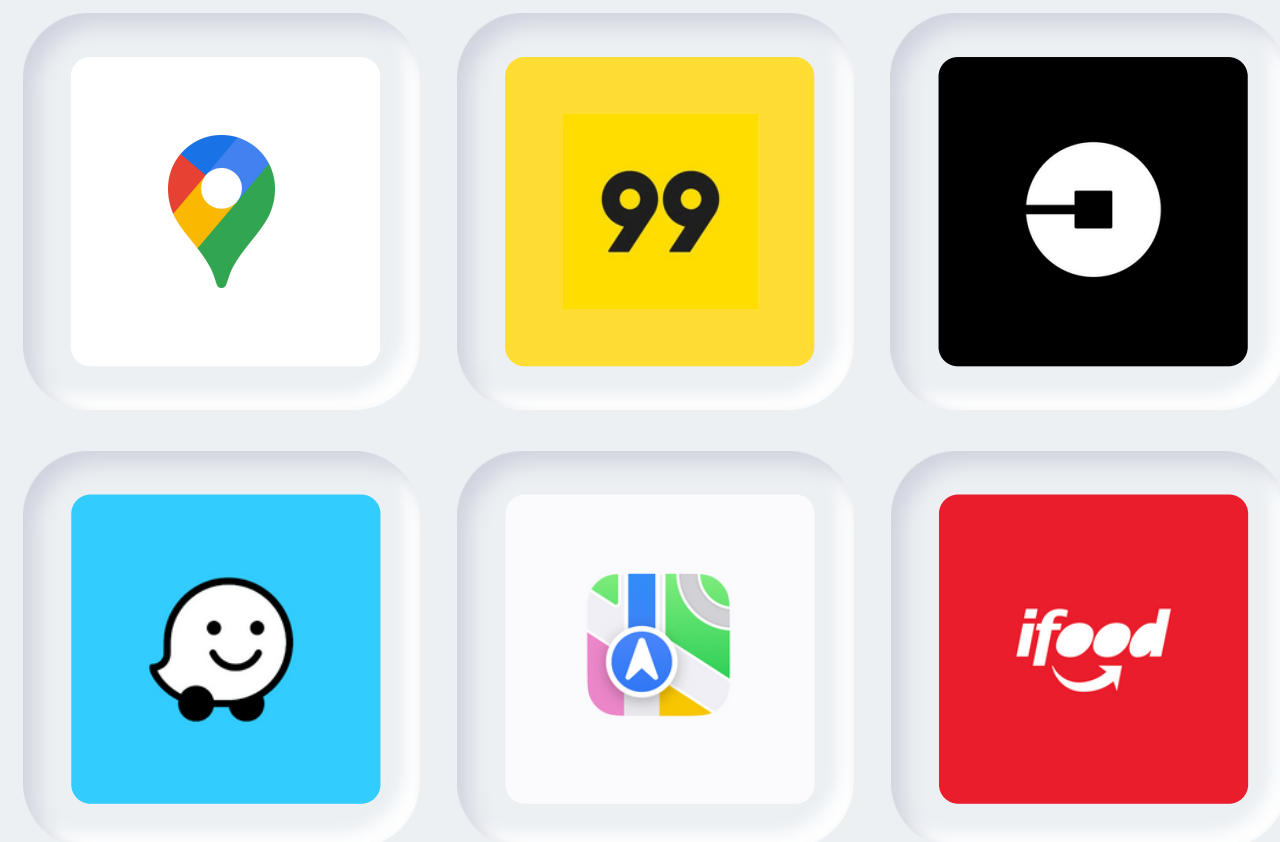
QR Code

Imagem clicável

FONTES DE PROVAS DIGITAIS

Geolocalização

O e-mail é um dos serviços mais antigos da internet e foi criado em 1971, antes mesmo de a rede de computadores ser acessada por todos nós



PROVAS DE GEOLOCALIZAÇÃO

Orientação dos tribunais



1

As Câmaras Cíveis têm autorizado o uso de dados de geolocalização, sobretudo em casos envolvendo litígios bancários, com a finalidade de comprovar empréstimo pessoal

2

A geolocalização vem sendo admitida para elucidação de crimes, sendo a quebra do sigilo de dados adequada, necessária e proporcional em casos nos quais inexistente outra medida cabível para desvendar o delito

3

Os Tribunais Regionais do Trabalho admitem a extração de dados de geolocalização só em casos excepcionais; a medida somente pode ser deferida quando não houver outros meios de provas para esclarecer os fatos



Assim, a partir da informação do autor, uma vez que durante o contrato de trabalho o mesmo mantinha contrato junto à operadora de telefonia móvel VIVO, **determino a expedição de ofício à respectiva operadora de telefonia, junto à qual este Juízo já mantém cadastro regular, a fim de que, no prazo de quinze dias úteis, envie relatório da(s) linha(s) telefônica(s) 99954-1287, ao longo do segundo semestre de 2020.** O ofício deverá ser instruído com os dados do autor, especialmente CPF.

A resposta da operadora deverá conter:

- a) dados cadastrais do usuário responsável pelo número de telefone suprarreferido e nas datas apontadas;
- b) histórico de chamadas recebidas e efetuadas, acompanhado do registro de ERB;
- c) histórico das mensagens SMS recebidas e originadas, acompanhado do registro de ERB;
- d) histórico de conexões;
- e) em formato .XLS, .TXT, .CSV ou .MDB, ainda do número supra exposto, identificação de ERB (código de estação de rádio base), com endereço, latitude, longitude, raio aproximado, setorização e abertura em graus (azimute);
- f) Os números de IMEIs de todos os aparelhos telefônicos utilizados, uma vez associados a este número/CPF (021.174.159-03).

MacBook Pro

ATSum 0100125-74.2021.5.01.0005 (TRT-1)

GEOLOCALIZAÇÃO

Precisão



Dados de aplicativos

Os dados coletados por aplicativos têm margem de erro menor, de 20 metros



Dados de ERBs

Os dados coletados por ERBs têm margem de erro maior, chegando a centenas de metros em áreas urbanas e centenas de quilômetros em áreas rurais



GEOLOCALIZAÇÃO

Precisão



Aparelho com Wi-Fi em modo avião

Se o usuário estiver usando o Wi-Fi em uma localidade, ainda que o celular esteja em modo avião, é possível detectar a localização com precisão de 16 a 30 metros



Aparelho com GPS ativo

Se o usuário estiver com o GPS ativo, a margem de erro é ainda menor, ficando a precisão da localização entre 3 a 6 metros



Aparelho com 3G ativo

Agora, se o usuário estiver usando o 3G, a detecção é mais difícil, ficando a precisão da localização de mais de 3 km (três quilômetros)

DADOS DE GEOLOCALIZAÇÃO

Delimitação

O advogado deve delimitar o período que deseja saber (dias e horários em que o reclamante alegou que estava trabalhando sem o registro de sua jornada de trabalho).

Deve também evitar pedido de extração de dados de períodos amplos e fora do horário de trabalho, sob pena de violar a garantia à intimidade e à vida privada.



SOLICITANDO DADOS

Apps e plataformas

É possível inicialmente cogitar formular diretamente o pedido de extração de dados de geolocalização dos aplicativos. Ao protocolar o requerimento, no entanto, há um risco de que o usuário não tenha conta nos aplicativos referidos ou mesmo não tenha habilitado o GPS para utilizá-los.



Data e hora



GPS



Dados de uso



SOLICITANDO DADOS

ERBs

Caso os dados fornecidos pelas empresas mantenedoras dos aplicativos sejam insuficientes para provar os fatos, o advogado pode requerer ao juiz que determine a expedição de ofício à operadora de telefonia (Vivo, Claro, Tim ou Oi), para apresentar os seguintes dados:



Data e hora



IMEI do celular



Tipo de conexão



Azimute



Potência do sinal

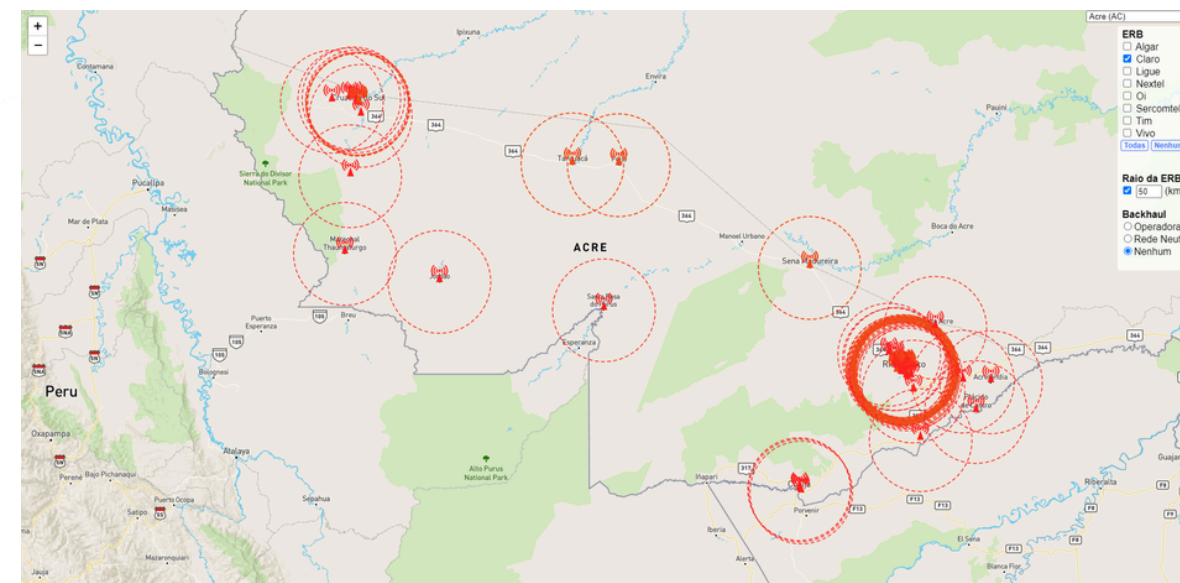
Dados em tabelas

É possível organizar os dados geoespaciais obtidos após manifestação da operadora telefônica em tabelas, exibindo a cidade, o Estado, o país, os minutos, segundos, e também as coordenadas geográficas.

ERB	Cd. Anatel	E	N
ERB_01	379988305	285620,082	9109296,070
ERB_02	690752954	285621,262	9109048,111
ERB_03	692744266	284240,850	9108890,036
ERB_04	659104601	284237,293	9110272,729
ERB_05	698954947	285982,610	9110342,498
ERB_06	684327066	285092,486	9110117,033
ERB_07	379974355	284908,212	9109584,581

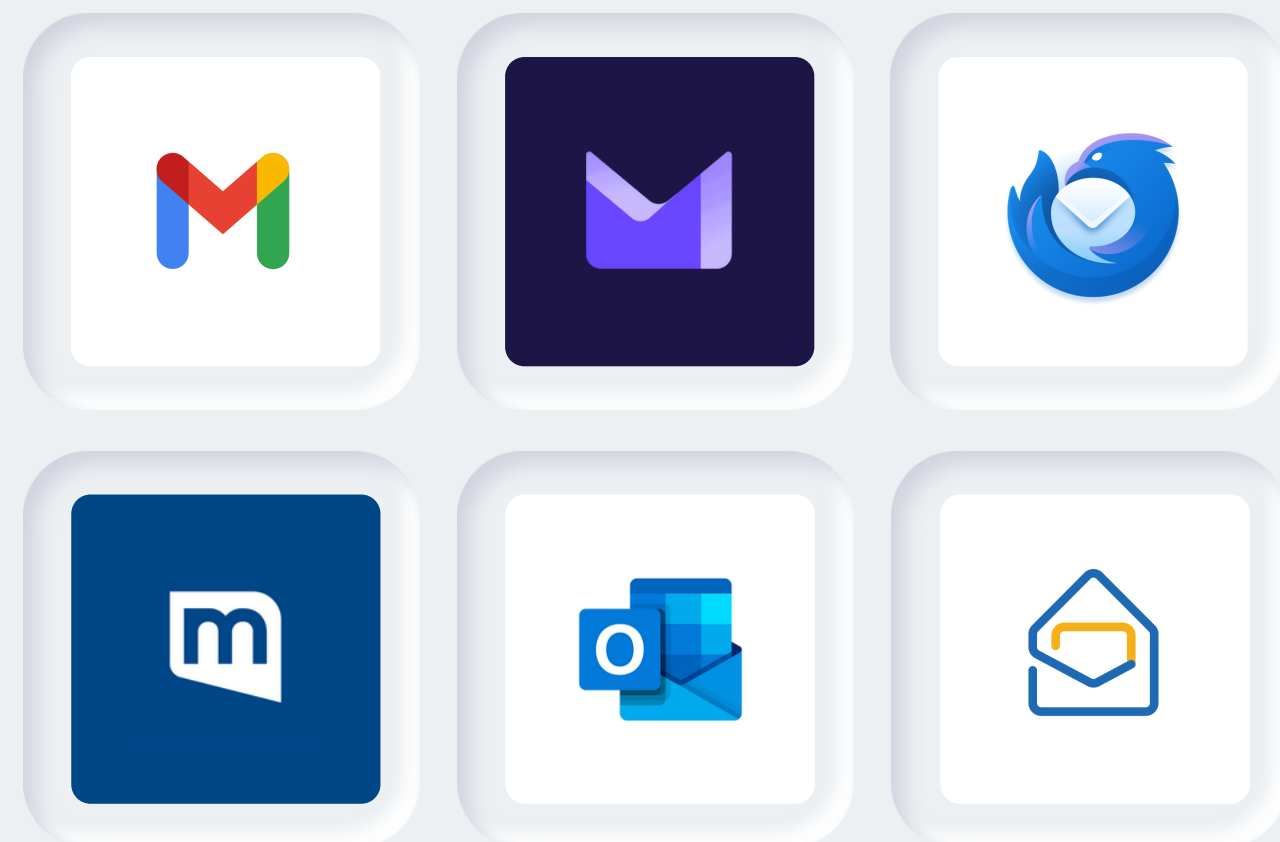
Dados em mapas

O uso de mapas na apresentação dos dados de geolocalização também é útil, já que permite ao juiz ver a distribuição espacial de eventos e situações.



E-mail

O e-mail é um dos serviços mais antigos da internet e foi criado em 1971, antes mesmo de a rede de computadores ser acessada por todos nós



PROVAS DE E-MAIL

Orientação dos tribunais



1

Cópias de e-mails, por si só, não são suficientes para comprovar situações jurídicas, exigindo outros elementos de convicção

2

Uma minoria crescente de juízes passou a exigir que advogados complementem as cópias dos e-mails com o código-fonte e os metadados

DECISÃO

TJSC

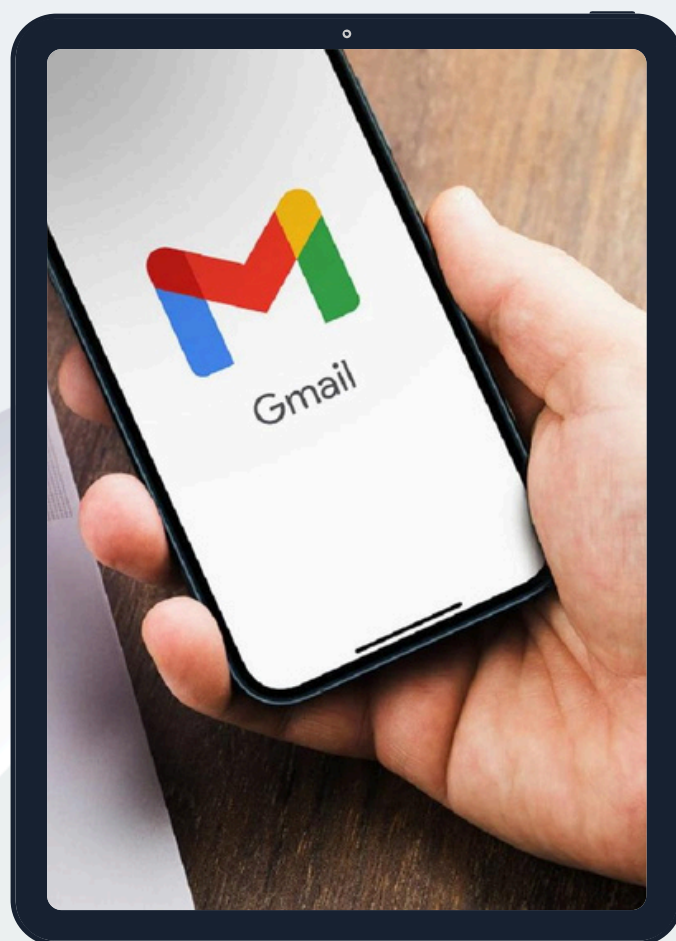
"Para evitar prejuízos, mostra-se necessário que advogada da parte junte a extração do “código-fonte” do email original e os metadados de cabeçalho...”

Processo nº 0301928-48.2016.8.24.0020



GMAIL

Como obter o código-fonte



1

Abra o Outlook em qualquer navegador (browser)

2

Abra o e-mail que você deseja coletar os metadados

3

Clique no ..., [Exibir](#) e então [Exibir origem da mensagem](#)

4

Copie o código-fonte da mensagem original



OUTLOOK

Como obter o código-fonte



1

Abra o Gmail em qualquer navegador (browser)

2

Abra o e-mail que você deseja coletar os metadados

3

Clique no **:** e selecione a opção [Mostrar original](#)

4

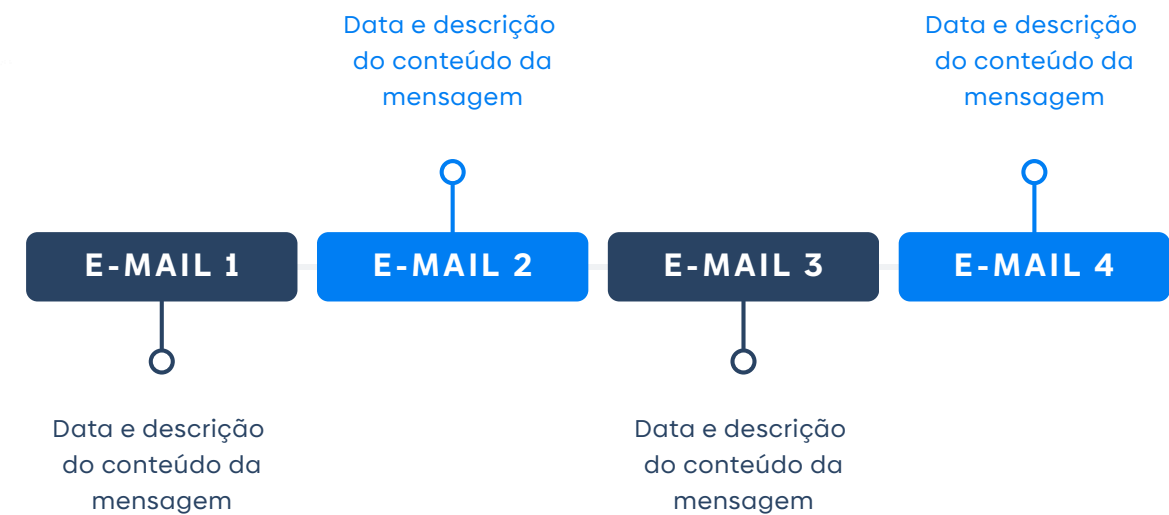
Clique em [Fazer download da mensagem original](#)



Linhas do tempo



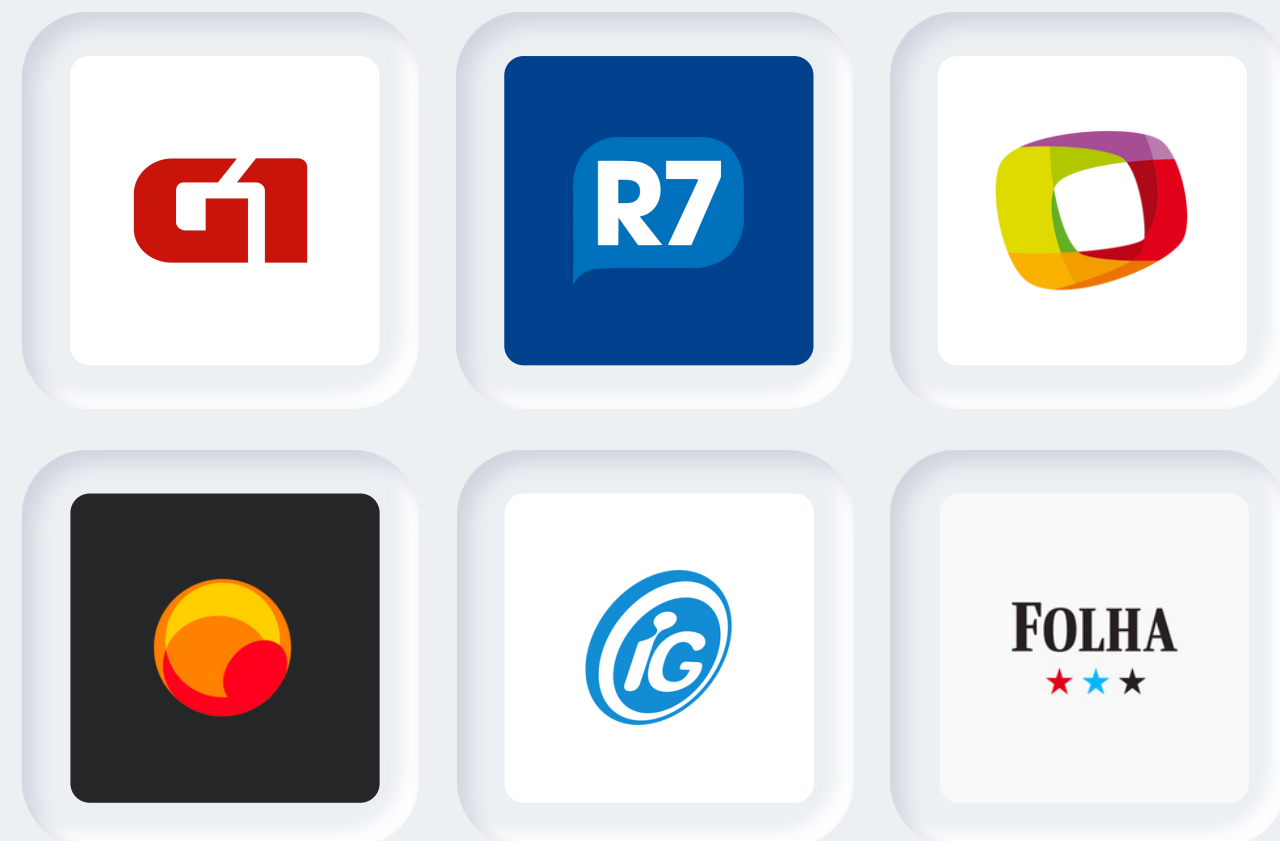
As linhas do tempo permitem ilustrar a sequência de e-mails enviados e como eles estão relacionadas entre si no tempo.



FONTES DE PROVAS DIGITAIS

Sites

Há vários recursos para obter informações adicionais sobre certos sites, permitindo identificar sua propriedade ou pesquisar versões anteriores de páginas da web



PROVAS DE SITES

Orientação dos tribunais



1

As poucas decisões existentes sinalizam ser necessário, para que haja validade jurídica, que a coleta do material se dê mediante observância das etapas da cadeia de custódia e ferramentas forenses

2

Alguns TRTs exigem a juntada da prova de sites sejam conduzidas por meio de plataformas específicas, como é o caso do PJe Mídias

3

Há, ainda, provimentos específicos que autorizam o uso de ferramentas não nativas dos tribunais para a juntada de mídias, como o Provimento nº 13 do TRT-23

PROVAS DIGITAIS

Ônus da prova

Além de conhecer os requisitos de validade, os profissionais da área jurídica devem compreender as dimensões do ônus da prova em se tratando de provas digitais



PROVAS DIGITAIS

Ônus da prova



Direito Penal

É sempre ônus do MP provar a procedência da acusação. Em caso de alegação de falsidade pela defesa, o ônus da prova recai sobre ela. Já em caso de impugnação da autenticidade, o ônus da prova recai sobre o MP.



Direito Civil

Em caso de alegação de falsidade, o ônus da prova recai sobre a parte que a arguir (art. 429, I, CPC). Em caso de impugnação da autenticidade, recai sobre a parte que produziu o documento (art. 429, II, CPC).



Direito do Trabalho

Em caso de alegação de falsidade, o ônus da prova recai sobre a parte que a arguir (analogia com o CPC). Já em caso de impugnação da autenticidade, sobre a parte que produziu o documento (art. 830, § único, CLT).



OS PRÓXIMOS ANOS

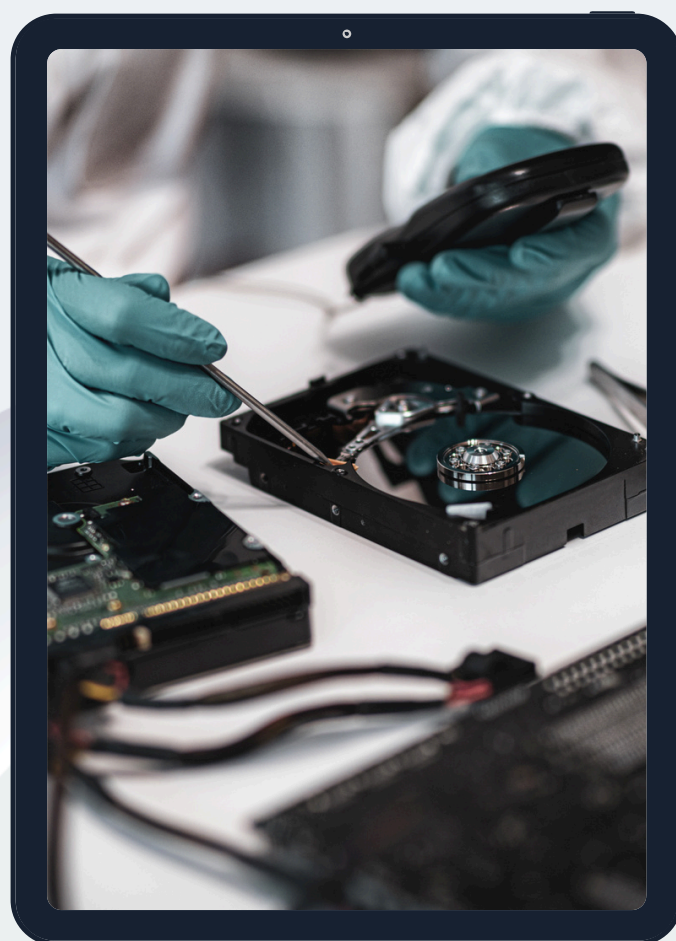
O futuro das provas digitais

Com o crescente uso de dispositivos conectados, inteligência artificial, análise de big data e blockchain, a coleta e análise de provas digitais se tornarão mais sofisticadas e precisas



O FUTURO

Análise forense digital



Com o aumento da importância das provas digitais, a demanda por análises forense digital altamente especializadas e precisas certamente crescerá.



Como consequência, os profissionais da área jurídica deverão se adaptar às novas exigências e aprimorar suas habilidades em relação à coleta, preservação e apresentação de provas digitais



O FUTURO

Interpretação de metadados



A interpretação adequada dos metadados será ainda mais fundamental no futuro para estabelecer a autenticidade e a integridade das provas digitais

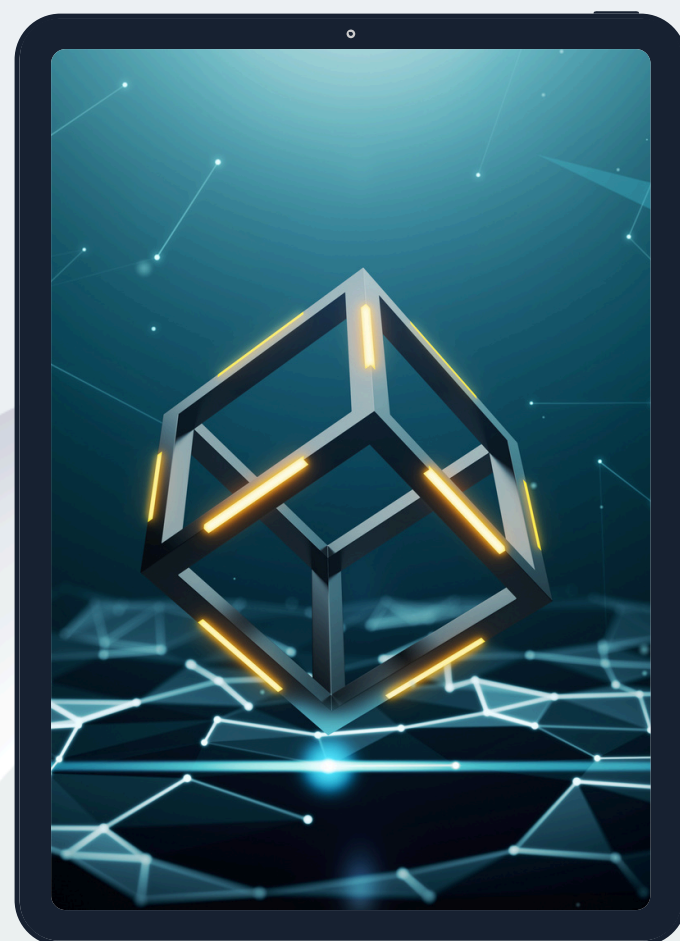


Os profissionais da área jurídica precisarão entender a importância dos metadados e como interpretá-los de maneira eficaz nos processos judiciais



O FUTURO

Blockchain forense



Com a proliferação de registros em blockchain em diferentes setores, os profissionais da área jurídica precisarão desenvolver habilidades em análise de blockchain forense



Isso envolveria a capacidade de rastrear e examinar transações em blockchain para obter evidências relevantes em casos que envolvam contratos ou disputas financeiras



O FUTURO

Visualização de dados



A capacidade de criar e interpretar visualizações de dados é uma habilidade valiosa para qualquer profissional e poderá impactar o processo de análise e apresentação de provas digitais



Em casos envolvendo grandes quantidades de evidências digitais, os profissionais deverão se valer da visualização de dados para melhor compreender as conexões e padrões presentes



O FUTURO

Animação forense



Os avanços nos campos da realidade estendida e da animação forense vão fomentar novas formas de apresentar provas digitais nos tribunais



Profissionais da área jurídica deverão conhecer essas novas técnicas e saber como argumentar adequadamente quando utilizadas em julgamentos e no tribunal do júri



LEITURA COMPLEMENTAR

Provas digitais



LEITURA COMPLEMENTAR

Investigação digital



LEITURA COMPLEMENTAR

Computação forense

